



IRÃ-ESTADOS UNIDOS

Diplomacia tenta frear escalada

Mediadores do Catar viajam a Teerã para buscar uma solução negociada e evitar a intensificação dos bombardeios. Departamento do Tesouro de Washington volta a sancionar o regime iraniano. Analistas negam colapso do cessar-fogo

» RODRIGO CRAVEIRO

O governo do Catar tenta impedir a todo custo uma escalada do conflito entre Irã e Estados Unidos que pode ter consequências negativas para toda a região. Doha enviou a Teerã uma delegação de mediadores para reuniões com autoridades iranianas. Ao mesmo tempo, dialoga com Washington. No início da tarde, o presidente dos EUA, Donald Trump, voltou a advertir que o cessar-fogo fracassou. “A República Islâmica do Irã pediu-nos para continuar as ‘conversas’. Nós concordamos, mas os EUA declararam a eles, em termos inequívocos, que o cessar-fogo acabou!”, escreveu o republicano em sua plataforma Truth Social.

A afirmação do titular da Casa Branca foi contestada pela chancelaria iraniana. “Nós não solicitamos negociações com os Estados Unidos, mas aceitamos uma viagem dos mediadores do Catar a Teerã”, afirmou à televisão estatal um porta-voz do Ministério das Relações Exteriores do Irã.

Forças americanas e iranianas retomaram os ataques na terça-feira, com os bombardeios mais intensos desde 17 de junho, quando os dois governos assinaram um memorando de entendimento que ratificava o cessar-fogo de abril e abria caminho para uma trégua duradoura. A TV Al-Jazeera divulgou que o chanceler iraniano, Abbas Araghchi, viajará hoje a Omã para debater a situação no Estreito de Ormuz — o canal por onde passam 25% do petróleo mundial.

Enquanto os esforços diplomáticos se intensificavam, Washington impunha novas sanções ao regime de Teerã. Dessa vez, o alvo do Departamento do Tesouro é o facilitador financeiro iraniano Ali Ansari, um banqueiro que supervisiona uma extensa rede global de ativos que beneficiam o novo guia supremo, Mojtaba Khamenei, recluso desde fevereiro.

Professor emérito do Departamento de Relações Internacionais da Escola de Ciência Política da Universidade de Haifa, Uri Bar-Joseph explicou ao **Correio** que o cessar-fogo

Palavra de especialista

Sem estratégia clara

Arquivo pessoal



“Trump não tem uma estratégia clara sobre como encerrar a guerra com o Irã e firmar um acordo de paz duradouro entre Teerã e Washington que inclua uma fórmula consensual em relação ao programa nuclear iraniano. As duas coisas que Trump deseja são: evitar que a guerra se alastre mais — pois a continuidade do conflito seria desastrosa para ele e o Partido Republicano nas eleições de meio de mandato — e reabrir o Estreito de Ormuz. Seu mediador focará nesses dois pontos.

Da perspectiva iraniana, eles não querem uma guerra em larga escala e estão ansiosos por um acordo com os EUA; no entanto, sentem que estão em vantagem e não estão dispostos a fazer grandes concessões, a menos que garantam várias de suas demandas: a remoção das sanções, o descongelamento de bilhões em ativos iranianos e algum controle sobre as rotas de navegação do Estreito de Ormuz.”

ALON BEN-MEIR é professor de relações internacionais da Universidade de Nova York

entre EUA e Irã não colapsou por completo porque as condições que levaram ao fim da guerra não mudaram fundamentalmente. “Em essência, trata-se de um clássico jogo de blefe, em que ambos os lados operam sob significativas restrições à sua liberdade de ação”, disse. “Trump está sob considerável pressão para retomar as hostilidades devido aos custos econômicos e políticos, bem como à proximidade das eleições de meio de mandato.”

Margem de manobra

Segundo o especialista israelense, a última coisa que os republicanos precisam é de outro aumento nos preços dos combustíveis. “Os iranianos estão posicionados sobre o Estreito de Ormuz e tentam capitalizar os ganhos obtidos com o acordo de cessar-fogo. No entanto, sua margem de manobra também é limitada por sua fragilidade econômica, e eles permanecem altamente vulneráveis a ataques dos EUA — não apenas contra alvos militares, mas também contra infraestrutura estratégica”, afirmou Bar-Joseph.

Por sua vez, Alon Ben-Meir, professor de relações internacionais da

Universidade de Nova York e especialista em Oriente Médio, descarta o desmoronamento do cessar-fogo. “Nem os Estados Unidos nem o Irã querem prosseguir com uma guerra em larga escala. Trump tem pela frente as eleições legislativas. A inflação está disparando, e o presidente teme um desastre para o Partido Republicano”, admitiu ao **Correio**. Em relação ao Irã, Ben-Meir vê uma economia em ruínas, mas entende que o regime islâmico quer marcar posição. “É por isso que retaliaram, mas também gostariam de encerrar as hostilidades, pois isso seria vantajoso para eles. Eu diria que nem o Irã nem os Estados Unidos querem retomar as hostilidades, e acredito que encontrarão uma maneira de encerrar essa troca de ataques nos próximos dias, se não antes.”

Bar-Joseph ressaltou que nenhum dos lados tem interesse em um conflito renovado. “Os Estados do Golfo acolheriam com satisfação um esforço militar capaz de provocar o colapso do regime iraniano — embora as consequências disso sejam incertas. Ao mesmo tempo, reconhecem que o regime é resiliente e não pode ser derubado apenas por pressão externa.”

khamenei.ir/AFP



Comoção ante o túmulo de Khamenei

No dia seguinte ao sepultamento de Ali Khamenei, guia supremo do país, milhares de iranianos visitaram o túmulo do aiatolá (acima), na cidade sagrada xiita de Mashhad. A sepultura está coberta de pétalas de rosas e cercada por flores, e traz uma grande foto de Khamenei, morto em um bombardeio israelo-americano em 28 de fevereiro, em Teerã. Muitos iranianos não seguraram a emoção e choraram, enquanto apontavam os celulares em direção ao túmulo (abaixo).

khamenei.ir/AFP



CONEXÃO DIPLOMÁTICA



POR SILVIO QUEIROZ
SILVIOQUEIROZ.BSB@GMAIL.COM

Agora, tudo vai para o palanque

Com o Brasil fora da Copa — que termina no próximo fim de semana —, o noticiário nacional se encaminha sem retorno nem delongas para aquilo que dominará as atenções até o fim do ano: a disputa presidencial, a corrida pelo Planalto e pelo Congresso. Vale para as questões domésticas como vale para a política externa. Em particular, no último caso, para o tópico que, naturalmente, encabeça a agenda: as relações bilaterais com os Estados Unidos. Uma pauta talhada por alfaiate para vestir o debate sobre os rumos da inserção do país em um mundo em transformação, estremecido por movimentos sísmicos de origem não geológica, mas geopolítica.

Desde que o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), principal desafiante do presidente Lula, compareceu brevemente a uma audiência no Capitólio sobre as pendências comerciais, econômicas e político-diplomáticas, os impactos potenciais do impasse voltam com ímpeto para a pauta do Congresso. Dentro do plenário como fora, inclusive na mídia,

governo e oposição afiam dentes e argumentos para o debate em torno de definições cruciais, de alcance estratégico. O Brasil deve priorizar o alinhamento de décadas passadas com Washington ou içar velas e navegar pelos mares desconhecidos de uma aliança contraposta à superpotência, afinado com a rota trçada no âmbito do Brics?

Pela perspectiva de Washington, como expresso pelo próprio presidente Donald Trump, as eleições de outubro por aqui são “o próximo alvo”, na sequência da vitória de candidatos aliados para governar quase toda a América do Sul, culminando com Peru e Colômbia, nas últimas semanas. Para Trump, à parte a “química pessoal”, Lula se afigura como o último grande obstáculo ao plano estratégico desenhado na Casa Branca para reafirmar a hegemonia nas Américas e, a partir dessa posição de força, contrapor-se ao avanço visível da China também naquele que, até um século atrás, os EUA viam como o seu “quintal”, área de influência exclusiva.

Jogaram as luvas

Um reflexo desse movimento ficou visível na recente troca de comunicados entre os dois governos em torno da classificação de facções criminosas brasileiras, pelos EUA, como “organizações terroristas internacionais”. Provocado pela oposição de direita no Congresso, o Itamaraty respondeu, oficialmente, que a medida coloca o Brasil sob ameaça direta e real de uma intervenção militar unilateral de Washington contra eventuais alvos de sua “guerra às drogas”. Indivíduos e empresas acusados de algum tipo de ligação com o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC) já foram objeto de sanções nos EUA.

Não tardou uma réplica do Departamento de Estado dos EUA, que classificou como “absurda” a avaliação enviada ao Congresso (brasileiro) pelo chanceler Mauro Vieira. A diplomacia norte-americana sustenta que a ideia de ações no Brasil estaria descartada, e que as

autoridades norte-americanas voltam sua ação contra atividades criminosas extraterritoriais das facções brasileiras. O ministro, por sinal, deve ser novamente convocado a audiências nas comissões de Relações Exteriores das duas casas legislativas para explicar a avaliação chancelada em sua resposta aos questionamentos parlamentares.

Na elaborada linguagem da diplomacia, em que termos explicitados ou omitidos dizem mais do que o descrito em dicionários, ambos os lados fizeram aquilo que os romances de cavalaria consagraram como o gesto de “jogar as luvas”: expor as mãos nuas, ostensivamente, diante de um contrafeito, equivalia a chamá-lo para o duelo.

Olho grande

Por fora das questões diretamente bilaterais, como as de comércio, do PIX e do combate ao crime organizado, Casa Branca e Planalto têm um ponto isolado, porém delicado, em torno de segurança. Washington reagiu mal à decisão do governo brasileiro de deportar um cidadão russo que cumpre pena, por aqui, por falsidade ideológica. Sergei Cherkasov passou 12 anos com falsa identidade

brasileira. É acusado pelo FBI de usar a cobertura para organizar redes de espionagem e enviar a Moscou informações sigilosas sobre a atuação dos EUA por aqui.

Palavra de escoteiro

Enquanto faz as malas para deixar a Casa de Nariño, dentro de um mês, o presidente da Colômbia, Gustavo Petro, tratou de comunicar ao colega brasileiro que, protestos à parte, garantirá a entrega pacífica do poder ao sucessor eleito, Abelardo de la Espriella, candidato da extrema-direita, apoiado sem reservas por Donald Trump. De la Espriella venceu em segundo turno, por diferença inferior a um ponto percentual, o senador Iván Cepeda, escolhido do ex-guerrilheiro Petro para dar sequência ao primeiro governo da esquerda no país em 200 anos de vida independente e republicana.

Tanto o presidente quanto o candidato relutam em aceitar como legítimo o resultado oficial proclamado, e em resposta o sucessor eleito cancelou os trâmites de transição de poder entre as equipes. No telefonema, Petro tratou de tranquilizar Lula quanto à sequência do processo diplomático e legal.